



CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

EDITAL Nº 38/2011

Luís Manuel Barbosa Marques Leal, Dr., Presidente da Câmara Municipal de Montemor-o-Velho.

Nos termos dos art.ºs 1º e 3º (nº 2) do Decreto-Lei nº 181/70, de 28 de Abril, e do artigo 29º da Lei nº 107/2001, de 8 de Setembro, FAÇO PÚBLICO QUE, por despacho de homologação de 2010.12.20 de Sua Excelência o Senhor Secretário de Estado da Cultura, exarado no parecer do Conselho Consultivo de 2008.10.01, foi classificado como Imóvel de Interesse Público o **Convento de Nossa Senhora do Carmo de Tentúgal**, ou Convento de Nossa Senhora da Natividade, sito em Tentúgal, na Praça do Rossio, freguesia de Tentúgal, concelho de Montemor-o-Velho, distrito de Coimbra, e delimitada a respectiva Zona Especial de Protecção (ZEP), conforme planta anexa.

Mais faço saber que, o imóvel em causa e os imóveis localizados na respectiva Zona Especial de Protecção, se encontram abrangidos pelas disposições legais em vigor, designadamente a Lei nº 107/2001, de 8 de Setembro, o Decreto-Lei nº 309/2009, de 23 de Março, o Decreto-Lei nº 205/88, de 16 de Junho, o Decreto-Lei nº 96/2007, de 29 de Março, a Portaria nº 376/2007, de 30 de Março, o Decreto Regulamentar nº 34/2007, de 29 de Março e a Portaria nº 373/2007, de 30 de Março, pelo que:

- a) a transmissão depende de prévia comunicação ao IGESPAR, IP;
- b) os proprietários, o Estado (através do IGESPAR, IP) e o Município gozam, pela ordem indicada, do direito de preferência em caso de venda ou dação em pagamento;
- c) não poderão ser concedidas pelo Município nem por outra entidade licenças para obras de construção e para quaisquer trabalhos que alterem a topografia, os alinhamentos e as cercas e em geral a distribuição de volumes e coberturas ou o revestimento exterior dos edifícios sem prévio parecer favorável do IGESPAR, IP, emitido através da Direcção Regional de Cultura do Centro, conforme resulta do disposto na alínea e) do nº 2 do art.º 21º do Decreto-Lei nº 215/2006, de 27 de Outubro;
- d) ficam suspensos os procedimentos de concessão de licenças bem como os efeitos das licenças eventualmente já concedidas para o imóvel;
- e) são da responsabilidade de arquitecto todos os projectos de arquitectura referentes a obras no local.

E para constar, se publica este e outros de igual teor, que vão ser afixados nos lugares de estilo.

Paços do Município de Montemor-o-Velho, 19 de Janeiro de 2011

O Presidente da Câmara Municipal,

Luís Manuel Barbosa Marques Leal, Dr.

Concelho de Montemor-o-Velho
Freguesia de Tentúgal
Tentúgal

Concelho de Montemor-o-Velho
Freguesia de Tentúgal
Tentúgal

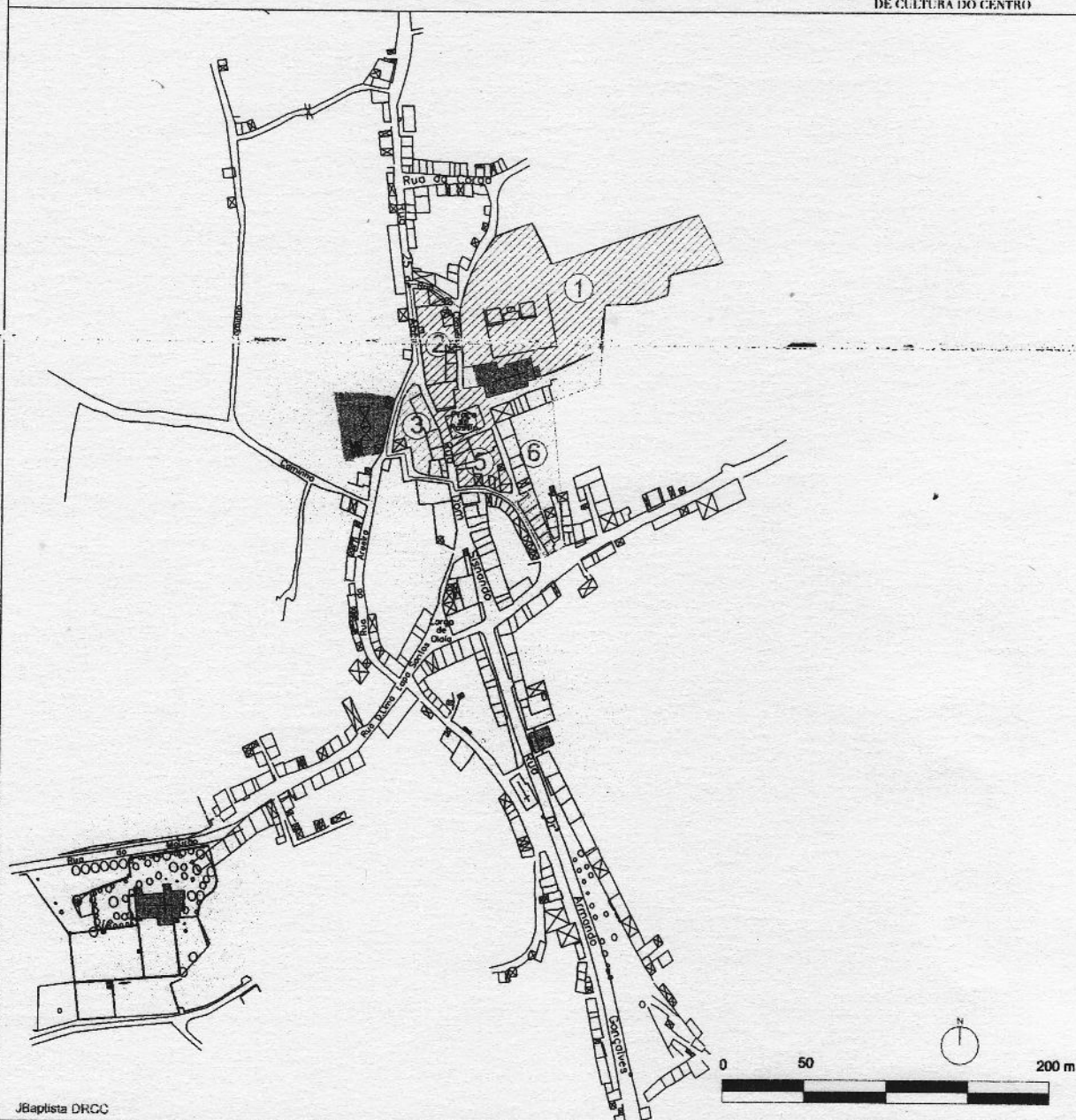
 Limite da ZEP homologada

Outras servidões de património cultural

MC

Ministério da Cultura

DIRECÇÃO REGIONAL
DE CULTURA DO CENTRO



JBaptista DRCC

